

2.1 - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DA POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

2.1.1. Panorama Econômico em 2009

O ano de 2009 transcorreu sob os efeitos da crise financeira internacional deflagrada em sua forma mais aguda com a quebra do banco de investimento norte-americano *Lehman Brothers* em setembro de 2008. Nesse momento a economia brasileira passou a sofrer de forma geral os efeitos da crise internacional, uma vez que até aquele momento o país tinha sido pouco atingido pelos efeitos da chamada crise “*subprime*” nos EUA. Do ponto de vista imediato, o impacto teve a forma de uma forte e rápida contração na oferta de crédito doméstico ao final de 2008. Do lado externo, a redução nos preços internacionais das *commodities* intensificou-se, tendo como contrapartida uma rápida contração no volume de comércio internacional. No último trimestre de 2008 também ocorreu uma forte saída de capital do Brasil, o que, juntamente com o quadro exportador desfavorável, pressionou a taxa de câmbio real/dólar substancialmente para a cima.

Esta combinação de depreciação cambial, restrição de liquidez e queda na demanda internacional por produtos brasileiros afetou fortemente os índices de confiança dos empresários e dos consumidores, ocasionando assim uma grande redução na demanda doméstica¹. O crescimento do consumo desacelerou e o investimento caiu, pois no cenário de grande incerteza a maioria das empresas adiou - ou simplesmente cancelou - suas despesas de capital. Assim, o resultado inevitável do abalo financeiro mundial foi uma recessão técnica no Brasil, configurando dois trimestres consecutivos de queda no PIB².

A resposta do Governo Federal à crise internacional foi uma sequência de medidas sem precedentes na história econômica recente do Brasil. Contrariamente ao observado durante as crises internacionais dos anos 1980 e 1990, as autoridades brasileiras tiveram condições de adotar medidas monetárias e fiscais anticíclicas. Tais medidas evitaram que a crise internacional contaminasse o sistema financeiro brasileiro e, simultaneamente, proporcionaram condições para a pronta recuperação do nível de atividade econômica. Para fins expositivos, as ações do Governo Federal podem ser analisadas em três grupos. Em primeiro lugar, cumpre mencionar as ações e programas adotados anteriormente à crise, que ajudaram a economia durante o

¹ O índice de confiança da indústria, com ajuste sazonal, medido pela FGV, atingiu um mínimo de 74,1 em janeiro de 2009, e se recuperou progressivamente a partir desta data, atingindo 113,4 em dezembro do mesmo ano. O índice de confiança do consumidor apresentou evolução semelhante.

² De acordo com o IBGE, a taxa trimestre contra trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, mostrou recuo de 2,9% no último trimestre de 2008 e de 0,9% no primeiro trimestre de 2009.

desdobramento da crise. Em segundo, as ações emergenciais adotadas durante a crise que, devido a seu caráter temporário, tendem a expirar ou se reduzir com o passar do tempo. Por fim, tem-se as novas ações estruturais, que ajudaram a combater a crise, mas que continuam a ter efeitos mesmo após o pior da crise ter passado.

Ações Adotadas Antes da Crise e Seus Impactos em 2009

Com relação às ações e programas adotados antes da crise, cabe destacar cinco iniciativas estruturais que evitaram uma queda maior no nível de atividade econômica durante a crise: (i) o aumento na rede de proteção social; (ii) o aumento no salário mínimo; (iii) a expansão do investimento público; (iv) as desonerações programadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); e (v) a reestruturação dos salários e efetivo do serviço público federal.

Desde 2003, como parte de sua estratégia de inclusão social, o Governo Federal tem direcionado mais recursos para as transferências de renda, especialmente para as famílias mais pobres. O valor total destas transferências passou de 6,9% do PIB, em 2002, para 8,6% do PIB, em 2008, criando um estabilizador automático para evitar flutuações excessivas na renda disponível das famílias brasileiras. Com o advento da crise, e mesmo em um contexto de queda na arrecadação, outros 0,7% do PIB foram adicionados às transferências de renda programadas para 2009, que alcançaram a 9,3% do PIB. Dessa forma, foram mantidos os compromissos sociais em 2009, e com isso ajudou na sustentação da demanda doméstica, sobretudo a partir do consumo das famílias.

Em segundo lugar a política de aumentos reais no salário mínimo, que se acelerou em 2006, além de aumentar as transferências de renda via previdência social e seguro desemprego estabeleceu um piso progressivamente mais elevado para os salários de mercado. Em 2008, mesmo diante da crise internacional, optou-se por manter os percentuais de aumento nominal do salário mínimo programados para 2009 (12%). Tal medida foi especialmente importante para os salários dos trabalhadores do setor informal de serviços, durante o período mais grave da crise.

Em terceiro lugar, o Governo Federal também manteve inalterado seu programa de investimento. Diante da queda no investimento privado, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - tornou-se um importante instrumento anti-cíclico ao longo de 2009. Em números, os investimentos da União e da Petrobras continuaram a crescer mesmo durante a crise e atingiram cerca de 1,2% e 1,7% do PIB ao final de 2009, respectivamente.

Em quarto lugar, a partir de 2007 foi intensificada a política de desonerações tributárias para estimular o crescimento e o investimento. Devido às iniciativas adotadas pelo PAC e

pela PDP, as desonerações programadas para 2009 atingiram 0,3 pp do PIB.

Por último, mesmo em um contexto de crise, o governo também decidiu manter inalterado o cronograma de reajustes salariais e contratações para o serviço público ao longo de 2009. Devido à desaceleração no crescimento do PIB e à concentração dos aumentos salariais em 2009, o resultado macroeconômico desta decisão foi um aumento na folha de pagamento da União como proporção do PIB, de 4,5% do PIB, em 2008, a 4,84 % do PIB, em 2009.

Ações Temporárias de Combate à Crise e Impactos em 2009

Dentre as medidas temporárias de combate à crise, a mais premente delas relacionou-se ao enfrentamento da contração na oferta de crédito no Brasil. Em setembro de 2008 aproximadamente 20% da oferta de crédito doméstico tinham como fonte a captação de recursos no mercado externo. Esta fonte esgotou-se durante os primeiros meses da crise. Em paralelo, a corrida mundial para a liquidez resultou em uma enorme saída de recursos financeiros ao exterior – somente no último quadrimestre de 2008 saíram US\$ 27 bilhões. Conjuntamente, tais movimentos pressionaram a taxa de câmbio para cima.

A resposta imediata à contração de crédito foi proporcionar expressiva expansão da liquidez, seja em moeda estrangeira ou nacional. Desta forma, o Banco Central utilizou parte de suas reservas internacionais para vender dólares no mercado à vista (US\$ 14,5 bilhões) e oferecer linhas de financiamento de curto prazo para as exportações (US\$ 24,4 bilhões). Tais intervenções foram complementadas por operações de “*swaps cambiais*” (US\$ 33 bilhões). A combinação destas medidas diminuiu a enorme pressão pela desvalorização cambial, obtendo êxito em manter um nível mínimo de liquidez no mercado cambial durante o pior momento da crise. Tais operações foram possíveis, ademais, porque antes da crise, o Brasil havia acumulado cerca de US\$ 210 bilhões em reservas internacionais. Com o arrefecimento da crise e a melhoria progressiva nos mercados cambiais, as operações emergenciais do Banco Central puderam ser revertidas rapidamente no segundo semestre de 2009.

Domesticamente ocorreu a rápida redução dos depósitos compulsórios do sistema bancário pelo Banco Central, medida que injetou 3,3% do PIB no mercado bancário ao final de 2008. O principal resultado da redução no compulsório bancário foi evitar o contágio da crise internacional no mercado interbancário brasileiro. Inicialmente a maioria das reservas recém liberadas acabou nos grandes bancos, especialmente nos grandes bancos públicos, que por terem garantia implícita do governo, tendem a atrair mais depósitos em momentos de grande aversão ao risco. Procurando amenizar esta “fuga para a qualidade”, o BC complementou a redução no compulsório com medidas de incentivo para os grandes bancos adquirirem carteiras de bancos menores. Estas duas ações funcionaram razoavelmente bem e possibilitaram ao Brasil atravessar o pior momento da crise sem nenhuma quebra de instituição bancária nacional.

A redução no compulsório evitou o aprofundamento da crise, mas não foi suficiente para estimular a recuperação no crédito. A solução ocorreu por meio dos bancos públicos. Logo no começo de 2009 a União concedeu linha de crédito equivalente a 3,3% do PIB ao BNDES, que por sua vez ofereceu um conjunto de linhas especiais de crédito de curto prazo ao setor produtivo. Os desembolsos do BNDES atingiram nível recorde em 2009 (R\$ 136,4 bilhões, contra R\$ 91 bilhões em 2008) evidenciando o importante papel anticíclico da instituição. Complementarmente, a União também ofereceu incentivos financeiros, na forma de equalização de taxa de juro, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Assim, estes bancos públicos puderam oferecer linhas de crédito, especialmente capital de giro, dirigidas aos setores com maior dificuldade de liquidez, tais como a agropecuária, a construção civil, a produção de insumos básicos, bem como produção e venda de bens de consumo duráveis.

A adoção de uma estratégia mais agressiva durante o transcorrer da crise, com aumento na concessão de crédito e redução de *spreads* de taxas de juros, foi também uma recomendação do Governo Federal aos bancos comerciais públicos. Desta forma, ao considerarmos a fase mais crítica da crise, entre setembro de 2008 e julho de 2009, os bancos públicos aumentaram sua oferta de crédito em 33%, enquanto as instituições privadas nacionais cresceram 4% e as instituições estrangeiras apenas 1,5%.

A política monetária anticíclica também incluiu um corte substancial na taxa Selic, que havia sido fixada em 13,75% desde setembro de 2008. Nos meses subsequentes a Selic permaneceu constante pois uma redução poderia alimentar a especulação contra o real, e a elevação da taxa de câmbio poderia levar a efeitos inflacionários. No início de 2009 o Banco Central começou a reduzir a Selic de forma consistente. O corte total foi de 400 pb, deixando-a em 8,75% em meados de 2009. A taxa real de juro³ caiu para cerca de 5,0% ao ano no terceiro trimestre e, dada a defasagem temporal entre a redução na Selic e seu impacto sobre o nível de atividade, a ação do BC deverá ter maior impacto sobre o crescimento da economia brasileira no início de 2010.

A maior demora da política monetária em estimular a recuperação econômica foi compensado pela política fiscal. Além das ações estruturais mencionadas anteriormente, o Governo Federal implementou uma série de desonerações tributárias temporárias para estimular as vendas e consumo. Elas partiram da redução do IPI para o setor automotivo ao final de 2008 e, ao longo de 2009 atingiram diversos setores fundamentais para a manutenção da demanda doméstica: bens de consumo duráveis, material de construção, bens de capital, motocicletas, móveis e alguns itens alimentícios. O custo inicial do conjunto de desonerações temporárias atingiu 0,4% do PIB em 2009. Como esperado, o aumento na produção e nas vendas induzido pelas desonerações acelerou a retomada do crescimento econômico e aumentou a arrecadação dos

³ Utilizaremos neste texto a taxa real de juros de acordo com o conceito ex-ante.

demais impostos e contribuições federais, contrabalançando o ônus fiscal inicial.

Importante ressaltar que o Governo Federal também tomou medidas no nível municipal e estadual, por meio de transferências orçamentárias extraordinárias para os governos subnacionais ao longo de 2009. O total de assistência deve ter atingido aproximadamente R\$ 2 bilhões em 2009. As ações temporárias também incluíram o aumento no período de concessão e no valor do seguro desemprego, assim como redução na taxa de juro para investimentos em máquinas e equipamentos contratados em 2009. Como resultado, houve uma elevação modesta na renda disponível dos trabalhadores e o investimento privado em máquinas e equipamentos voltou a crescer fortemente no final de 2009.

Ações Estruturais de Combate à Crise e Impactos em 2009

No tocante às novas ações estruturais adotadas durante a crise, foram antecipadas algumas iniciativas que já estavam na agenda de política econômica para combater os efeitos do "crash" financeiro de 2008. Em linhas gerais as três principais iniciativas foram:

(i) Ainda em 2008, a revisão nas alíquotas do imposto de renda sobre a pessoa física, que representou uma injeção de 0,2% do PIB na renda disponível das famílias brasileiras ao longo de 2009;

(ii) o lançamento de um novo programa habitacional direcionado à construção de um milhão de novas residências aos mais pobres e à classe média baixa (o programa "Minha Casa, Minha Vida"), equivalente a 1,2% do PIB, a ser concedido, pela via de diferentes mecanismos, ao longo de até três anos. O novo programa habitacional, além de possibilitar o acesso de famílias de baixa renda à habitação, é também um instrumento poderoso de estímulo à recuperação econômica, incentivando a produção de um setor intensivo em trabalho e em insumos produzidos no país. De fato, após o lançamento do programa "Minha Casa, Minha Vida", o setor de construção residencial voltou a crescer e deve se tornar um dos líderes da expansão econômica em 2010; e

(iii) uma mudança no patamar de taxa real de juro da economia. A redução no nível de atividade econômica também contribuiu para a desaceleração da inflação ao longo de 2009, permitindo ao BC reduzir a Selic ao menor nível desde a criação do Real. Em números, antes da crise a taxa real de juro do Brasil estava flutuando entre 7% e 9% ao ano, e imediatamente após a crise a taxa real caiu para 5%, tendo se mantido neste patamar desde então.

Devido às ações do governo brasileiro e à evolução da conjuntura internacional, o Brasil conseguiu atravessar a fase mais crítica da crise sem desestabilização de sua economia. Contrariamente às expectativas pessimistas prevalecentes no final de 2008, a taxa de desemprego no Brasil não subiu muito, os salários e os empregos voltaram a crescer, houve expressiva criação de postos de trabalho e a confiança dos consumidores e dos empresários se

recuperou rapidamente ao longo de 2009. A capacidade do Brasil em absorver os impactos da crise internacional e se recuperar rapidamente ao longo de 2009 melhorou a percepção dos mercados em relação ao país. A volta da entrada de capital estrangeiro, juntamente com a recuperação mundial nos preços das *commodities*, resultou na apreciação do real no final de 2009, o que por sua vez vem contribuindo para a redução na inflação. Assim, apesar da intensidade da crise, o Brasil pode registrar um crescimento do PIB ligeiramente positivo em 2009, e voltar ao patamar de crescimento pré-crise já em 2010.

2.1.2. Produto Interno Bruto - PIB

Levando-se em conta os dados divulgados pelo IBGE até o terceiro trimestre de 2009, o PIB a preços de mercado apresentou aumento de +1,3% na comparação com o 2º trimestre de 2009, na série ajustada sazonalmente. Do lado da oferta, a variação de maior magnitude ocorreu para a Indústria (+2,9%), seguida pelo setor de Serviços (+1,6%). Apenas a Agropecuária apresentou variação negativa (-2,5%). Já do lado da demanda, todos os componentes apresentam variação positiva. As variações mais expressivas pela ótica da demanda ocorreram na Formação Bruta de Capital Fixo (+6,5%) e no Consumo das Famílias (+2,0%). A variação das Importações foi de +1,8% e a das Exportações foi de 0,5%. Em relação ao 3º trimestre de 2008, o PIB a preços de mercado apresentou queda de -1,2%. Do lado da oferta, apenas o setor de Serviços apresentou variação positiva (+2,1%). Por outro lado, a Indústria e a Agropecuária apresentaram resultados negativos neste tipo de comparação (-6,9% e -9,0%, respectivamente). Vale destacar que, com exceção da Indústria Extrativa Mineral, todos os subsetores industriais diminuíram seu ritmo de queda no 3º trimestre de 2009. A Indústria de Transformação, por exemplo, apresentou queda de -7,9%, desacelerando a queda em relação ao 2º trimestre de 2009 (-10,8%). Dentre os componentes da demanda interna, o Consumo das Famílias obteve a taxa de crescimento mais expressiva (+3,9%), seguido pelo Consumo da Administração Pública (+1,6%). Por outro lado, a Formação Bruta de Capital Fixo apresentou queda -12,5%. Do lado externo, as Exportações de Bens e Serviços apresentam queda de -10,1% no período, desacelerando o ritmo de queda em relação a taxa verificada no 2º trimestre de 2009 (-11,4%). As importações de Bens e Serviços, por sua vez, apresentaram queda de -15,8%. No acumulado no ano, o PIB apresentou queda de -1,7% até o terceiro trimestre de 2009. Pelo lado da oferta, esse resultado é decorrente, principalmente da queda observada na Indústria nos três primeiros trimestre de 2009 (-8,6%). Pelo lado da demanda, a principal influência negativa vem das Importações que acumulam queda de -16,0% desde o início do ano. Nos últimos quatro trimestres, o PIB apresenta queda de -1,0%. Do lado da oferta, apenas Serviços apresentou variação positiva neste tipo de comparação (1,9%). Pelo lado da demanda, a maior variação neste tipo de comparação vem do Consumo das Famílias (+3,1%) seguido pelo Consumo da Administração Pública (+2,5%). A Formação Bruta de Capital Fixo apresentou queda de -10,2%. No Setor Externo, tanto as Importações quanto as Exportações apresentaram variação negativa (respectivamente, -10,5% e -10,9%).

CRESCIMENTO DO PIB	2º Trim 2008	3º Trim 2008	4º Trim 2008	1º Trim 2009	2º Trim 2009	3º Trim 2009
Acumulado ao longo do ano	6,4	6,6	5,1	-2,1	-1,9	-1,7
Acumulado nos últimos 4 trimestres	6,4	6,6	5,1	3,0	1,0	-1,0
Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior	6,5	7,1	0,8	-2,1	-1,6	-1,2
Trimestre contra trimestre anterior (com ajuste sazonal)	1,0	1,1	-2,9	-0,9	1,1	1,3
Trimestre contra trimestre anterior (com ajuste sazonal anualizado)	3,9	4,5	-11,2	-3,5	4,4	5,1

Fonte: IBGE

2.1.3. Inflação

A inflação em 2009, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 4,31%, abaixo do centro da meta estipulada pelo Banco Central de 4,5%, sendo a menor taxa anual desde 2006 quando esta atingiu 3,14%. Em 2009, a desaceleração do índice em 1,59 p.p. deveu-se em grande parte a contribuição do grupo Alimentação que subiu apenas 3,18% ante 11,11% em 2008. A inflação dos preços livres acumulada no ano alcançou 4,2% e ficou abaixo da inflação dos administrados 4,7%. O INPC, que mede a inflação para a camada de renda mais baixa (1 a 6 salários mínimos), fechou com alta de 4,11% ante 6,48% no ano anterior.

GERAL	INFLAÇÃO - IPCA (VAR. % ANUAL)	2008	2009
		5,90	4,31
GRUPOS	Alimentação e Bebidas	11,12	3,17
	Habitação	5,09	5,68
	Artigos de Residência	1,99	3,05
	Vestuário	7,30	6,11
	Transporte	2,32	2,37
	Saúde e Cuidados Pessoais	5,72	5,37
	Despesas Pessoais	7,35	8,03
	Educação	4,58	6,11
	Comunicação	1,79	1,07
LIVRES		7,05	4,15
ADMINISTRADOS/MONITORADOS		3,28	4,74

2.1.4. Política Monetária e Crédito

A base monetária alcançou saldo de R\$ 166,1 bilhões em dezembro/09, ante R\$ 147,6 bilhões em dezembro/08, registrando dessa forma crescimento anual de 12,55%, o que reflete em boa medida os impulsos expansionistas determinados pelas decisões do Copom ao longo do ano.

Os principais fatores de emissão monetária que refletiram a política expansionista foram as compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio no valor de R\$ 62,9 bilhões e as operações com títulos públicos federais, incluindo as operações do Banco Central no ajuste de liquidez do mercado monetário, no valor de R\$ 11,3 bilhões.

No sentido contracionista, as principais contribuições para mitigar a expansão monetária vieram das operações do Tesouro Nacional no valor de R\$ 52,3 bilhões, dos depósitos de instituições financeiras, incluindo recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança, no valor de R\$ 3,4 bilhões e das operações com derivativos no valor de R\$ 3,2 bilhões.

Dados preliminares divulgados pelo Banco Central indicam que o saldo em final de período dos meios de

pagamento restritos (M1) registraram crescimento interanual de 11,04%, avançando de R\$ 223,4 bilhões em dezembro/2008 para R\$ 248,1 bilhões em dezembro/2009.

O saldo total do crédito no Sistema Financeiro Nacional totalizou R\$ 1.410,3 bilhões em dezembro de 2009 (45,0% do PIB, ante 39,7% em dezembro de 2008).

A carteira de crédito direcionado alcançou R\$ 457,2 bilhões, o que representa um aumento de 28,38% ante dezembro de 2008. Destaques para o crédito habitacional e as operações do BNDES que apresentaram crescimento interanual, respectivamente, de 41,46% e de 33,39%. A carteira de crédito livre, por sua vez, alcançou R\$ 953,15 bilhões (aumento de 9,41% ante dezembro de 2008), com a média diária de novas concessões à pessoa física (PF) e à pessoa jurídica (PJ) apresentando variação interanual de +19,70% e de -6,01%, respectivamente.

Na comparação interanual, os *spreads* total, PF e PJ encontram-se, respectivamente, 6,4 pp, 13,4 pp, e 1,9 pp abaixo dos níveis de dezembro de 2008.

Vale ressaltar que desde o início da crise internacional em setembro de 2008 até dezembro de 2009 o saldo das

operações de crédito dos bancos públicos cresceu 48,0%, substancialmente acima dos bancos privados nacionais (11,3%) e estrangeiros (4,2%).

Desta forma, a participação dos bancos públicos no saldo total de créditos do Sistema Financeiro Nacional atingiu 41,4% em dezembro de 2009, tendo os bancos privados 40,4% e os estrangeiros 18,2%.

Quanto ao mercado de capitais, a crise financeira ocasionou uma natural retração, de modo que o volume de recursos captados por meio de emissões primárias alcançou R\$ 75,7 bilhões em 2009, o que representou aproximadamente metade dos recursos captados em 2008.

O valor de mercado das empresas listadas na Bovespa alcançou R\$ 2,3 trilhões em dezembro de 2009, uma evolução de 70% frente a dezembro de 2008.

Em dezembro de 2009, o volume diário de negociações foi, em média, de R\$ 6,6 bilhões, nível 70% acima do verificado em dezembro de 2008.

No ano de 2009, o volume diário médio foi de R\$ 5,2 bilhões, marginalmente inferior ao registrado em 2008 – R\$ 5,5 bilhões.

CRÉDITO BANCÁRIO

SALDO DAS OPERAÇÕES (EM R\$ MILHÕES)	2008	2009
RECURSOS LIVRES	871.178	953.150
Pessoas Físicas	394.287	470.754
Pessoas Jurídicas	476.890	482.396
RECURSOS DIRECIONADOS	356.117	457.190
BNDES	209.259	280.381
Habituação	59.714	84.469
Rural	78.304	82.170
Demais	8.840	10.170
TOTAL GERAL	1.227.295	1.410.340
SALDO DAS OPERAÇÕES (% DO PIB)	2008	2009
RECURSOS LIVRES	28,2	30,4
Pessoas Físicas	12,8	15,0
Pessoas Jurídicas	15,4	15,4
RECURSOS DIRECIONADOS	11,5	14,6
BNDES	6,8	9,0
Habituação	1,9	2,7
Rural	2,5	2,6
Demais	0,3	0,3
TOTAL GERAL	39,7	45,0

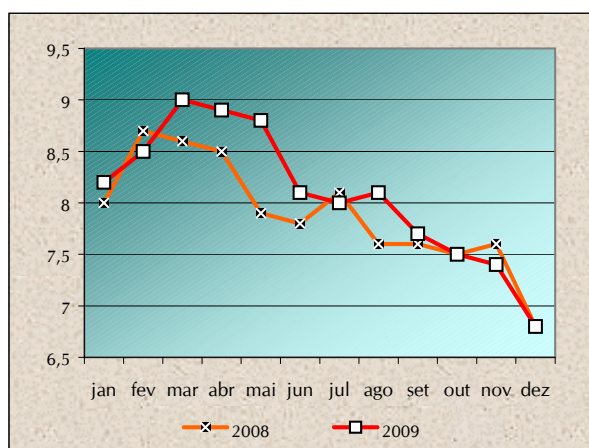
Fonte: Banco Central - Elaboração: SPE/MF

2.1.5. Mercado de Trabalho, Nível de Emprego e Salários

A taxa de desemprego apurada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país ficou em 6,8% em dez/2009, permanecendo inalterada em relação a dezembro de 2008. A taxa do mês de dezembro de 2008 foi a menor apurada no ano e a menor de toda a série histórica. A População Economicamente Ativa (PEA), estimada em 23,4 milhões de pessoas, cresceu 1,4% na comparação anual. A População Ocupada, por sua vez, somou 21,8 milhões de pessoas com alta interanual de 1,4%. A População Desocupada ficou estável no

comparativo com dez/2008. A taxa de formalização, definida como população ocupada com carteira assinada pela população ocupada, teve crescimento médio anual de 0,8%. O rendimento médio real habitual dos ocupados em dez/2009 foi estimado em R\$ 1.344,40; houve variação de -0,9%, na comparação interanual. A massa salarial real efetiva da população ocupada foi estimada em R\$ 31,5 bilhões na pesquisa de dezembro (mês de referência novembro), o que representa alta de 2,5% na comparação interanual. No ano houve a criação líquida de 995 mil postos de trabalho na economia.

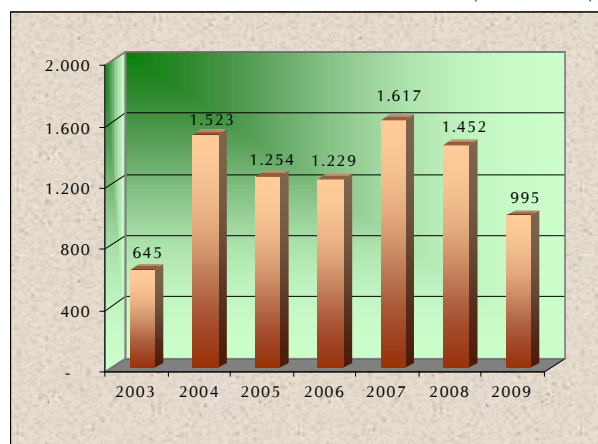
TAXA DE DESEMPREGO



*/ Nas 6 principais regiões metropolitanas
Fonte: IBGE / Elaboração: MF/SPE

EMPREGO FORMAL: CRIAÇÃO DE NOVOS POSTOS

(em milhares)



Fonte: MTE/CAGED / Elaboração: MF/SPE

2.1.6. Balanço de Pagamentos

Em 2009, o resultado da Conta Corrente apresentou déficit de US\$ 24,3 bilhões, o que corresponde a -1,55% do PIB, contra déficit de US\$ 28,2 bilhões (1,72% do PIB) em 2008. A Balança Comercial teve superávit de US\$ 25,3 bilhões, sendo que o declínio das exportações no ano (22,7%) foi compensado pelo declínio ainda maior das importações (26,6%). A Balança de Serviços apresentou déficit US\$ 19,3 bilhões, ao passo que o Balanço de Renda apresentou déficit de US\$ 33,7 bilhões (com destaque para o déficit em lucros e dividendos de US\$ 25,2 bilhões).

A conta capital apresentou superávit de US\$ 1,13 bilhões, e a conta financeira superávit de US\$ 69,4 bilhões, o que representou um aumento de, respectivamente, 7,0 e 145,0 % em relação a 2008. No ano de 2009, os ingressos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos - IED (US\$ 25,9 bilhões) superaram o déficit de US\$ 24,3 bilhões na conta corrente, de modo que a necessidade de financiamento externo como proporção do PIB aproximou-se de zero, tendo atingido -0,1%. As reservas internacionais atingiram US\$ 238,5 bilhões em dezembro de 2009, contra US\$ 206,8 bilhões ao final de dezembro de 2008.

SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS ACUMULADO NO ANO

	2008	2009	VARIACÃO EM US\$	VARIACÃO (%)
	DEZ/08	DEZ/09		
1) Conta Corrente	-28.192	-24.334	3.858	13,68%
2) Conta Capital	1.055	1.129	73	6,96%
3) Conta Financeira	28.297	69.423	41.126	145,34%
Investimento Direto	24.601	36.033	11.432	46,47%
Investimento em Carteira	1.133	49.133	48.000	4.236,09%
Derivativos	-312	156	469	150,02%
Outros Investimentos	2.875	-15.900	-18.774	-653,09%
4) Erros e Omissões	1.809	434	-1.375	-76,00%
Balanço de Pagamentos (1 + 2 + 3 + 4)	2.969	46.651	43.682	1.471,23

Fonte: Banco Central / Elaboração: MF/SPE

2.1.7. Desempenho Fiscal

As ações fiscais do Governo Federal demandaram um ajuste nas metas fiscais estabelecidas para 2009, alterando por diferentes mecanismos as metas de resultado primário do setor público. Até o momento houve uma piora no resultado fiscal e na dívida pública, como esperado em decorrência das ações anticíclicas, mas em extensão bem menor da verificada em outras economias do mundo ou

mesmo no passado recente da economia brasileira. Em números, observamos que as receitas primárias líquidas atingiram 19,5% do PIB, contra 18,3% das despesas primárias, o que leva a um resultado primário de 1,3% do PIB. A receita bruta atingiu R\$ 739,3 bilhões em 2009 (23,58% do PIB), contra R\$ 716,7 bilhões em 2008 (23,85% do PIB), enquanto as despesas primárias, por sua vez, atingiram R\$ 572,4 bilhões (18,26% do PIB) contra R\$ 497,9 bilhões em 2008 (16,57% do PIB). Do Total das

receitas, 4,07% do PIB foram transferidos aos estados e municípios (contra 4,42%, respectivamente, em 2008). A arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil atingiu R\$ 698,3 bilhões em 2009, o que representou um aumento nominal de 1,84% em relação a 2008. As despesas primárias do governo central em relação ao PIB foram repartidas da seguinte forma: pessoal e encargos sociais, 4,84%; custeio, 3,37%; transferências de renda, 9,03%, (incluindo o Bolsa Família) e investimentos, 1,03%. Em termos de composição: pessoal e encargos sociais responderam por, 26,5% do total, custeio respondeu por 18,5%, as transferências de renda somaram 49,4% (incluindo o Bolsa Família) e, por fim, os investimentos representaram 5,6% do total. Destaca-se que

o saldo previdenciário atingiu -1,4% do PIB, resultado ligeiramente inferior ao de 2008 (-1,3% do PIB). O Bolsa-Família, por sua vez, teve gastos totais de 0,40% do PIB, atingindo 12,5 milhões de famílias.

O déficit nominal do setor público em 2009 foi de 3,3% do PIB contra 1,9% do PIB em 2008. A dívida líquida do setor público subiu de 37,3% do PIB em dezembro de 2008, para 43,0% do PIB em dezembro de 2009. Mais importante, com base nos cenários de inflação, crescimento e juros esperadas para o período 2010-11, a economia brasileira necessitará de um superávit primário inferior ao estipulado na LOA 2010 o que deve implicar menores níveis de endividamento já a partir de 2010.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

(números "abaixo da linha"), em % do PIB		
	2008	2009
Resultado Primário	-3,54	-2,06
Governo Central	-2,37	-1,35
Estados e Municípios	-1,02	-0,67
Empresas Estatais	-0,15	-0,03
Juros Nominais (sem desvalorização cambial)	5,45	5,40
Governo Central	3,20	4,78
Estados e Municípios	2,19	0,60
Empresas Estatais	0,06	0,01
Resultado Nominal	1,90	3,34
Governo Central	0,83	3,42
Estados e Municípios	1,17	-0,07
Empresas Estatais	-0,10	-0,02

Fonte: Banco Central do Brasil

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

(números "acima da linha") em % do PIB		
	2008	2009
Receita primária bruta	23,85	23,58
Transferências para Estados e Municípios	4,43	4,07
Receita primária líquida	19,42	19,51
Despesas primárias	16,57	18,26
Pessoal e Encargos Sociais	4,35	4,84
Transferências de Renda às famílias	8,22	9,03
Benefícios Previdenciários	6,64	7,17
Abono e Seguro Desemprego	0,68	0,85
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)	0,53	0,60
Bolsa Família	0,35	0,40
Investimentos	0,87	1,03
Demais despesas	3,13	3,37
Resultado primário "acima da linha" sem Fundo Soberano do Brasil	2,85	1,25
Fundo Soberano do Brasil	0,47	0,00
Resultado primário "acima da linha" com Fundo Soberano do Brasil	2,38	1,25
Discrepância estatística e ajuste metodológico	-0,01	0,10
Resultado primário "abaixo da linha"	2,37	1,35
Receitas primária líquida excluindo transferências de renda às famílias	11,2	10,48

Fonte: Ministério da Fazenda, SPE